

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.691.580	3.639.854
1.01	Ativo Circulante	198.422	234.764
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.106	89.442
1.01.01.01	Numerario Disponível	6.525	6.280
1.01.01.02	Banco Conta Movimento	34	1.661
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	55.547	81.501
1.01.03	Contas a Receber	125.131	127.739
1.01.03.01	Clientes	125.131	127.739
1.01.03.01.01	Contas a receber	8.569	7.932
1.01.03.01.02	Contas a receber com partes relacionadas	116.562	119.807
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.389	6.493
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.435	5.910
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.361	5.180
1.01.08.03	Outros	5.361	5.180
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.585	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	776	453
1.02	Ativo Não Circulante	3.493.158	3.405.090
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.266.648	1.141.998
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.018	1.071
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	949	768
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.264.681	1.140.159
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outros	3.085	2.817
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	1.100.418	1.025.623
1.02.01.09.05	Outros créditos	84	187
1.02.01.09.06	Contas a receber com operações com derivativos	161.074	111.532
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	20	0
1.02.03	Imobilizado	96.197	111.743
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	86.950	96.047
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.247	15.696
1.02.04	Intangível	2.130.313	2.151.349

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.691.580	3.639.854
2.01	Passivo Circulante	874.776	881.957
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.923	16.824
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.798	2.036
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.125	14.788
2.01.02	Fornecedores	22.575	29.076
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.475	28.253
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	100	823
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.441	92.252
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.254	83.295
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	51.254	83.295
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.187	8.957
2.01.03.03.02	Iss a recolher	8.187	8.957
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	569.633	582.611
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.505	45.478
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	30.533	45.478
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	972	0
2.01.04.02	Debêntures	538.128	537.133
2.01.05	Outras Obrigações	126.367	121.693
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.692	17.370
2.01.05.02	Outros	108.675	104.323
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.843	19.843
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	2.366	2.575
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações com derivativos	83.748	77.239
2.01.05.02.07	Outas contas a pagar	2.718	4.666
2.01.06	Provisões	80.837	39.501
2.01.06.02	Outras Provisões	80.837	39.501
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	80.837	39.501
2.02	Passivo Não Circulante	2.029.393	2.050.307
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.586.056	1.581.607
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	167.367	7.577
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7	7.577
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	167.360	0
2.02.01.02	Debêntures	1.418.689	1.574.030
2.02.02	Outras Obrigações	281.829	282.046
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217
2.02.02.02	Outros	12.612	12.829
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	12.196	12.829
2.02.02.02.06	Contas a pagar com operações com derivativos	416	0
2.02.03	Tributos Diferidos	131.823	128.629
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.823	128.629
2.02.04	Provisões	29.685	58.025
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.171	27.259
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.465	19.339
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.217	4.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.489	3.125

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02	Outras Provisões	1.514	30.766
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	1.514	30.766
2.03	Patrimônio Líquido	787.411	707.590
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	278.840	460.840
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.399	197.399
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	32.091	214.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	261.821	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	467.456	925.289	469.715	938.834
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-158.428	-310.731	-160.143	-319.036
3.02.01	Custo de construção	-24.066	-42.853	-23.309	-53.821
3.02.02	Provisão de manutenção	-11.160	-18.564	-8.043	-15.147
3.02.03	Depreciação e amortização	-41.524	-81.069	-38.884	-73.210
3.02.04	Custo de outorga	-45.635	-92.382	-46.116	-92.043
3.02.05	Serviços	-16.101	-29.602	-16.681	-33.486
3.02.06	Custo com pessoal	-15.760	-31.104	-14.778	-30.304
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.618	-7.946	-4.039	-7.985
3.02.08	Outros	-564	-7.211	-8.293	-13.040
3.03	Resultado Bruto	309.028	614.558	309.572	619.798
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.923	-46.006	-27.267	-50.830
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.606	-47.150	-27.364	-50.919
3.04.02.01	Serviços	-12.255	-24.619	-13.528	-26.457
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-5.201	-10.463	-5.207	-10.445
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-184	-356	-202	-458
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.419	-2.771	-1.115	-2.163
3.04.02.05	Outros	-7.547	-8.941	-7.312	-11.396
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	762	1.240	360	493
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-79	-96	-263	-404
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	283.105	568.552	282.305	568.968
3.06	Resultado Financeiro	-88.445	-172.884	-81.644	-150.343
3.06.01	Receitas Financeiras	86.012	135.814	71.152	129.882
3.06.02	Despesas Financeiras	-174.457	-308.698	-152.796	-280.225
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	194.660	395.668	200.661	418.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.794	-133.847	-67.119	-140.597
3.08.01	Corrente	-62.968	-130.653	-78.191	-149.110
3.08.02	Diferido	-2.826	-3.194	11.072	8.513

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	128.866	261.821	133.542	278.028
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	128.866	261.821	133.542	278.028
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,73638	1,49612	0,76310	1,58873

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	128.866	261.821	133.542	278.028
4.03	Resultado Abrangente do Período	128.866	261.821	133.542	278.028

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	429.549	398.389
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	553.707	524.606
6.01.01.01	Lucro líquido do período	261.821	278.028
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.194	-8.513
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	2.328	2.366
6.01.01.04	Depreciação e amortização	83.840	75.373
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	96	406
6.01.01.06	Varição Cambial s/ Empréstimos, Financiamento	-11.165	0
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést. e financ.	157.544	171.172
6.01.01.09	Juros e vari.monet. s/mútuo c/partes relacion.	19.028	16.738
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-104	413
6.01.01.12	Constituição (Rev.) e Juros s/riscos cíveis	4.065	3.987
6.01.01.13	Constituição(reversão) da provisão de manutenção	18.564	15.147
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.522	2.770
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-5.095	-6.080
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	16.069	-27.201
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-124.158	-126.217
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	-533	-1.661
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	3.064	-14.103
6.01.02.03	Tributos a recuperar	3.084	-8.619
6.01.02.04	Despesas antecipadas e Outras	3.040	11.811
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outorga fixa	-76.981	-71.286
6.01.02.07	Fornecedores	-6.501	19.940
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	326	-5.835
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-901	-992
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	120.681	147.227
6.01.02.11	Pagamento com IR e CS	-153.492	-198.399
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	-209	-144
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-10.002	-2.901
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-2.581	64
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-3.153	-1.319
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.259	-78.888
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.611	-7.097
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-39.648	-71.791
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-414.626	-363.212
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures - Captação	177.500	0
6.03.02	Emprést., financ. e debêntures - pagamento de principal	-263.984	-22.575
6.03.03	Emprést., financ. e debêntures - pagamento de juros	-90.566	-92.447
6.03.04	Pagamento de juros sobre mútuos	-19.032	-16.561
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	-36.544	25.621
6.03.07	Dividendos pagos a acionistas controladores	-182.000	-257.250
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.336	-43.711
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.442	127.577
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.106	83.866

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	261.821	0	261.821
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	261.821	0	261.821
5.07	Saldos Finais	246.750	0	278.840	261.821	0	787.411

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.028	0	278.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.028	0	278.028
5.07	Saldos Finais	246.750	0	82.785	278.028	0	607.563

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	1.003.308	1.018.108
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	998.213	1.000.165
7.01.02	Outras Receitas	5.095	17.943
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-138.006	-160.766
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.664	-53.193
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.925	-38.605
7.02.04	Outros	-61.417	-68.968
7.02.04.01	Custo de construção	-42.853	-53.821
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-18.564	-15.147
7.03	Valor Adicionado Bruto	865.302	857.342
7.04	Retenções	-83.840	-75.373
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.840	-75.373
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	781.462	781.969
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	135.814	129.882
7.06.02	Receitas Financeiras	135.814	129.882
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	917.276	911.851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	917.276	911.851
7.08.01	Pessoal	36.693	35.531
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.943	24.547
7.08.01.02	Benefícios	9.834	8.859
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.365	1.421
7.08.01.04	Outros	551	704
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	212.693	219.987
7.08.02.01	Federais	164.639	171.820
7.08.02.02	Estaduais	200	234
7.08.02.03	Municipais	47.854	47.933
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	406.069	378.305
7.08.03.01	Juros	313.010	285.624
7.08.03.02	Aluguéis	677	638
7.08.03.03	Outras	92.382	92.043
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	92.382	92.043
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	261.821	278.028
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	261.821	278.028

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Abril a Junho/2016

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T15.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 443,4 milhões (-0,7%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 295,4 milhões (+1,3%) e a margem EBIT ajustada 66,6% (+1,3 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 338,4 milhões (+2,1%) e a margem EBITDA ajustada 76,3% (+2,1 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 128,9 milhões (-3,5%);

Indicadores (R\$ MM)	2T16	2T15	Var.%
Receita Líquida Operacional*	443,4	446,4	-0,7%
EBIT (ajustado)	295,4	291,5	1,3%
Margem EBIT (ajustada)	66,6%	65,3%	1,3 p.p.
EBITDA (ajustado)	338,4	331,5	2,1%
Margem EBITDA (ajustada)	76,3%	74,3%	2,1 p.p.
Lucro Líquido	128,9	133,5	-3,5%

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq ¹)	2T16	2T15	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	29.885.493	31.267.138	-4,4%
Veículos Comerciais (Eq)	35.416.330	36.374.465	-2,6%
Veículos Equivalentes	65.301.823	67.641.603	-3,5%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (-3,5%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de 3,5% sobre o mesmo período de 2015.

Veículos de passeio (-4,4%)

A categoria apresentou uma redução de 4,4% no 2T16 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Veículos comerciais (-2,6%)

A categoria apresentou uma redução de 2,6% no 2T16 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T16	2T15	Var.%
Receita de Pedágio	474.021	477.232	-0,7%
Receitas Acessórias	5.976	6.035	-1,0%
Receita Bruta Operacional Total	479.997	483.267	-0,7%

Receita de construção

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	2T16	2T15	Var.%
Total	24.066	23.309	3,2%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAn, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 2T16 o volume de investimentos realizados pela companhia deve-se principalmente à implantação de 3ª faixa na Rodovia Anhanguera do Km 19+500 ao 20+600, do km 84+000 ao 86+000 e do km 120 ao 147 e implantação do Complexo Jundiáí, na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto implantação de 3ª faixa do Km 63+300 ao 64+600 na pista Oeste. Enquanto que no 2T15 deve-se à implantação das vias Marginais na Rodovia Anhanguera na região de Campinas, da implantação da 3ª faixa na Rodovia Anhanguera do km 120 ao 147 e da implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T16 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 0,7% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 36,6 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	2T16	2T15	Var.%
Custo de Construção	24.066	23.309	3,2%
Provisão de Manutenção	11.160	8.043	38,8%
Depreciação e Amortização	42.943	39.999	7,4%
Custo da Outorga	45.635	46.116	-1,0%
Serviços de Terceiros	28.356	30.209	-6,1%
Pessoal	20.961	19.985	4,9%
Materiais, Equipamentos e Veículos	3.802	4.241	-10,4%
Outros	7.428	15.508	-52,1%
Custos Totais	184.351	187.410	-1,6%

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram uma redução de 1,6% no 2T16, alcançando o valor de R\$ 184,4 milhões.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram um aumento de 3,2% no 2T16 comparado ao 2T15. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 38,8% no 2T16, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 2T16, em comparação ao 2T15 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T15 e o 2T16.

Custo da outorga: Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2015.

Serviços de Terceiros: Os valores do 2T16 estão 6,1% inferiores ao 2T15, principalmente em razão de variação nos serviços de conservação e manutenção, e consultorias.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 2T16 estão 10,4% inferiores ao 2T15, principalmente pela economia em materiais para conservação.

Outros: Os valores do 2T16 estão 52,1% inferiores ao 2T15, principalmente pela reversão de provisões.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	2T16	2T15	Var.%
Lucro Líquido	128,9	133,5	-3,5%
(+) IR/CS	65,8	67,1	-2,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	88,4	81,6	8,3%
(+) Depreciação e Amortização	42,9	40,0	7,4%
EBITDA (a)	326,0	322,3	1,2%
Margem EBITDA (a)	69,7%	68,6%	1,1 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	11,2	8,0	38,8%
EBITDA ajustado	338,4	331,5	2,1%
Margem EBITDA ajustada (d)	76,3%	74,3%	2,1 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)	2T16	2T15	Var.%
Lucro Líquido	128,9	133,5	-3,5%
(+) IR/CS	65,8	67,1	-2,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	88,4	81,6	8,3%
EBIT (a)	283,1	282,3	0,3%
Margem EBIT (a)	60,6%	60,1%	0,5 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	11,2	8,0	38,8%
EBIT ajustado	295,4	291,5	1,3%
Margem EBIT ajustada (d)	66,6%	65,3%	1,3 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2T16	2T15	Var.%
Despesas Financeiras	174,5	152,8	14,2%
Juros e Variações Monetárias	69,2	80,5	-14,0%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	4,4	0,0	100,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	9,6	8,6	11,3%
Perda com operações de derivativos	51,4	53,2	-3,3%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1,8	1,5	22,5%
Capitalização de custos dos empréstimos	-2,5	-2,4	6,0%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	39,6	9,1	335,5%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	1,0	2,3	-57,6%
Receitas Financeiras	-86,0	-71,2	20,9%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-15,5	0,0	100,0%
Ganho com operações de derivativos	-34,5	-44,8	-23,0%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-31,9	-22,0	44,9%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-3,6	-3,8	-5,4%
Juros e outras receitas financeiras	-0,5	-0,6	-9,5%
Resultado Financeiro Líquido	88,4	81,6	8,3%

O Resultado Financeiro Líquido no 2T16 está 11,3% superior quando comparado ao 2T15, principalmente pela realização de captação em abril de 2016 e variação dos indexadores das dívidas.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	2T16	2T15	Var.%
Total de acidentes	1.545	1.573	-1,8%
Total de vítimas	943	980	-3,8%

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2016

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. Recuperação do trevo do km 62.

- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Notas Explicativas

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 16 de abril de 2016, foi celebrado o 26º Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão, firmado entre a AutoBAn e o Poder Concedente. O referido TAM tem por objeto a implantação das obras do Complexo Jundiaí da SP330 (Jundiaí) e a implantação de dispositivos de acesso, com investimentos de R\$ 227.969. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi estendido por 3 meses e 15 dias.

Outras informações relevantes

i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAn, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAn apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAn, pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAn ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP, pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAn. Contra essa sentença, a AutoBAn apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAn apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores. Atualmente, o processo encontra-se no Tribunal de Justiça de São Paulo aguardando julgamento do recurso de apelação apresentado pela AutoBAn.

A AutoBAn propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa.

Em 08 de outubro de 2014, foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que aguarda designação de data para julgamento.

Notas Explicativas

ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAn, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAn foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP. Em junho de 2015 o Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de agosto de 2016.

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 676.354, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 13 e 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	6.559	7.941
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>55.547</u>	<u>81.501</u>
	<u>62.106</u>	<u>89.442</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,21% do CDI, equivalente a 14,01% ao ano (13,10% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.993	1.890
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>6.857</u>	<u>6.427</u>
	8.850	8.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(281)</u>	<u>(385)</u>
	<u>8.569</u>	<u>7.932</u>

Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos a vencer	8.097	7.517
Créditos vencidos até 60 dias	441	338
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	31	77
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	128	96
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>153</u>	<u>289</u>
	<u>8.850</u>	<u>8.317</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	194.660	395.668	200.661	418.625
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(66.184)	(134.527)	(68.225)	(142.333)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(81)	(147)	(180)	(247)
Despesas indedutíveis	(533)	(709)	(705)	(981)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	1.058	1.602	2.046	3.103
Outros ajustes tributários	<u>(54)</u>	<u>(66)</u>	<u>(55)</u>	<u>(139)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(65.794)</u>	<u>(133.847)</u>	<u>(67.119)</u>	<u>(140.597)</u>
Impostos correntes	(62.968)	(130.653)	(78.191)	(149.110)
Impostos diferidos	<u>(2.826)</u>	<u>(3.194)</u>	<u>11.072</u>	<u>8.513</u>
	<u>(65.794)</u>	<u>(133.847)</u>	<u>(67.119)</u>	<u>(140.597)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>33%</u>	<u>34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Efeito ativo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	120.927	121.168
Valor justo de operações com derivativos	117.067	79.756
Perdas em operações com derivativos	8.137	2.122
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	9.578	9.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165	131
Provisão para participação nos resultados (PLR)	774	1.579
Outros	<u>1.984</u>	<u>5.628</u>
	<u>258.632</u>	<u>219.652</u>
Efeito passivo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(224.877)	(233.053)
Valor justo de operações com derivativos	(123.014)	(92.462)
Ganho nas operações de derivativos	(40.659)	(20.923)
Outros	<u>(1.905)</u>	<u>(1.843)</u>
	<u>(390.455)</u>	<u>(348.281)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(131.823)</u>	<u>(128.629)</u>

Notas Explicativas

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Circulante	4.585	4.727				
Não Circulante	45.083	47.269	1.055.335	978.354	1.100.418	1.025.623

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Em 16 de maio de 2016, a Companhia assinou contrato com a Camargo Corrêa Infraestrutura para a prestação de serviços por empreitada a preço global, no valor total de R\$ 125.962, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Não ocorreram transações no período.

	Transações						
	01/04/2016 a 30/06/2016			01/01/2016 a 30/06/2016			
	Serviços prestados	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
Controladora							
CCR (a)	4.871	-	-	9.741	-	-	-
Outras partes relacionadas							
CPC (b)	7.827	354	-	15.692	-	708	-
RodoAnel Oeste (c)	-	-	-	-	-	-	19.028
Samm (e)	-	297	-	-	-	626	-
Oi Móvel S.A (f)	-	31	-	-	-	31	-
Total, 30 de junho de 2016	12.698	682	-	25.433	-	1.365	19.028
Total, 01 de abril de 2015 a 30 de junho 2015	13.242	595	(8.626)				
Total, 01 de janeiro de 2015 a 30 de junho 2015				25.944	6.577	1.193	(16.738)

Notas Explicativas

	30/06/2016		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR (a)	5	-	1.524
Outras partes relacionadas			
CPC (b)	648	-	3.688
Metro Bahia (g)	66	-	38
RodoAnel Oeste (c)	-	275.820	-
RodoNorte (g)	4	-	6
Serveng Cívilsan (d)	-	-	5.785
Samm (e)	1.869	-	48
STP / CGMP / SGMP (h)	114.919	-	-
Total circulante, 30 de junho de 2016	116.562	6.603	11.089
Total não circulante, 30 de junho de 2016	949	269.217	-
Total, 30 de junho de 2016	117.511	275.820	11.089
Total, 31 de dezembro de 2015	120.575	275.824	10.763

Despesas com profissionais chave da administração:

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
			(Reapresentado) (j)	(Reapresentado) (j)
Remuneração: (i)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	511	1.075	460	964
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	(526)	527	832	537
Complemento de PPR pago no ano	62	62	-	563
Previdência privada	11	26	34	75
Seguro de vida	1	2	2	3
	59	1.692	1.328	2.142

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/06/2016	31/12/2015
Remuneração dos administradores (i)	699	1.257

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do

Notas Explicativas

CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;

- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (f) Contrato de uso da faixa de domínio rodoviário para implantação de cabo telefônico subterrâneo, prazo de vigência indeterminado, com reajuste dos valores com base no IGP-M aplicado no mesmo período do reajuste da tarifa de pedágio, o vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas;
- (g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (h) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia em período subsequente;
- (i) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas;
- (j) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação.

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2015		30/06/2016		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	3.089		(10)	-	3.079
Máquinas e equipamentos	49.338		(139)	1.098	50.297
Veículos	16.642		(242)	100	16.500
Equipamentos operacionais	135.368		(25)	4.515	139.858
Imobilizações em andamento	15.696	3.165		(9.614)	9.247
	<u>220.133</u>	<u>3.165</u>	<u>(416)</u>	<u>(3.901)</u>	<u>218.981</u>
	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015	<u>204.367</u>	<u>8.014</u>	<u>(1.448)</u>	<u>(837)</u>	<u>210.096</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 554 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 917 no semestre findo em 30 de junho de 2015). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2016 foi de 0,64% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,65% a.m. no 1º semestre de 2015.

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2015		30/06/2016	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	8	(1.518)	(115)	8	(1.625)
Máquinas e equipamentos	15	(18.567)	(2.889)	111	(21.345)
Veículos	22	(8.314)	(1.560)	187	(9.687)
Equipamentos operacionais	17	(79.991)	(10.150)	14	(90.127)
		<u>(108.390)</u>	<u>(14.714)</u>	<u>320</u>	<u>(122.784)</u>
		31/12/2014		30/06/2015	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Movimento em 2015		<u>(84.993)</u>	<u>(12.518)</u>	<u>1.042</u>	<u>(96.469)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	31/12/2015		30/06/2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	2.991.041	44.189	-	(1)	3.035.229	
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.444	-	-	3.869	15.313	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	32	5.298	
	<u>3.007.751</u>	<u>44.189</u>	<u>-</u>	<u>3.900</u>	<u>3.055.840</u>	
		31/12/2014		30/06/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015		<u>2.904.050</u>	<u>57.520</u>	<u>(23)</u>	<u>837</u>	<u>2.962.384</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.541 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 5.163 no semestre findo em 30 de junho de 2015). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2016 foi de 0,64% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,65% a.m. no 1º semestre de 2015.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2015		30/06/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(844.734)	(67.793)	-	1	(912.526)
Direitos de uso de sistemas informatizados	17	(7.264)	(982)	-	-	(8.246)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	16	(4.404)	(351)	-	-	(4.755)
		<u>(856.402)</u>	<u>(69.126)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(925.527)</u>
		31/12/2014		30/06/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015		<u>(721.273)</u>	<u>(62.855)</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(784.105)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2016	Vencimento Final	30/06/2016	31/12/2015
Em moeda nacional							
BNDIS - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	5	Fevereiro de 2017	27.850	48.397 (b)
BNDIS - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	2.627	4.565 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	63	93 (c)
Subtotal em moeda nacional				5		30.540	53.055
Em moeda estrangeira							
1. BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH	LIBOR+2,60% A.A	N/I	-	-	Abril de 2018	168.332	- (d)
Subtotal em moeda estrangeira				-		168.332	-
Total geral						198.872	53.055
						30/06/2016	31/12/2015
Circulante							
Empréstimos e financiamentos						31.510	45.491
Custos de transação						(5)	(13)
						31.505	45.478
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos						167.367	7.577
Custos de transação						-	-
						167.367	7.577

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária.
(c) Garantia real.
(d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2016
2017	2.724
2018	164.643
	167.367

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

1. Em 26 de abril de 2016, foi firmado contrato com Bank of America, em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 50.000 mil, equivalente a R\$ 177.500, com vencimento em 15 de julho de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 2,60% a.a. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 124,80% do CDI.

Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2016	Vencimento Final	30/06/2016	31/12/2015
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	550	Setembro de 2017	606.381	848.679 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (b)	1.100	177	Outubro de 2017	171.937	160.948 (e)
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.147	4.291	Outubro de 2018	548.295	511.753 (e)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,2831% (a)	7.650	5.112	Outubro de 2019	428.398	397.373 (e)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	201.806	192.410 (e)
Total geral				<u>10.130</u>		<u>1.956.817</u>	<u>2.111.163</u>
						30/06/2016	31/12/2015
Circulante							
Debêntures						542.137	541.429
Custos de transação						(4.009)	(4.296)
						<u>538.128</u>	<u>537.133</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.424.810	1.582.084
Custos de transação						(6.121)	(8.054)
						<u>1.418.689</u>	<u>1.574.030</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº. 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2016</u>
2017	(311.324)
2018	(534.423)
2019	<u>(579.063)</u>
	<u>(1.424.810)</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não há cláusula de repactuação.

Notas Explicativas

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2015		30/06/2016			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	
Não circulante						
Cíveis	3.125	1.126	(669)	(266)	173	3.489
Trabalhistas e previdenciários	4.795	1.189	(867)	(1.710)	810	4.217
Tributários	19.339	-	-	-	1.126	20.465
	<u>27.259</u>	<u>2.315</u>	<u>(1.536)</u>	<u>(1.976)</u>	<u>2.109</u>	<u>28.171</u>
	31/12/2014		30/06/2015			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	
Movimento em 2015	11.214	3.417	(720)	(661)	632	13.882

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no semestre findo em 30 de junho de 2016, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 872 e R\$ 305, respectivamente (R\$ 364 e R\$ 294 respectivamente em 30 de junho de 2015).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	30/06/2016	31/12/2015
Cíveis e administrativo	10.786	11.007
Trabalhistas e previdenciários	3.697	3.150
Tributárias	809	786
	<u>15.292</u>	<u>14.943</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2016, é de R\$ 79.568.

Notas Explicativas

16. Provisão de manutenção

	31/12/2015		30/06/2016			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	39.501	9.958	5.258	(10.002)	36.122	80.837
Não circulante	30.766	8.606	(1.736)		(36.122)	1.514
	<u>70.267</u>	<u>18.564</u>	<u>3.522</u>	<u>(10.002)</u>	<u>-</u>	<u>82.351</u>
	31/12/2014		30/06/2015			
Circulante	21.010	8.383	1.425	(2.901)	9.630	37.547
Não circulante	31.559	6.764	1.345	-	(9.630)	30.038
	<u>52.569</u>	<u>15.147</u>	<u>2.770</u>	<u>(2.901)</u>	<u>-</u>	<u>67.585</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Numerador				
Lucro líquido do exercício	128.866	261.821	133.542	278.028
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,73638</u>	<u>1,49612</u>	<u>0,76310</u>	<u>1,58873</u>

b. Dividendos

Em 15 de abril de 2016, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos de 2015 no montante de R\$ 182.000, correspondente a R\$ 1,04 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2016.

18. Receitas

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Receitas de pedágio	474.021	943.484	477.232	946.344
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	24.066	42.853	23.309	53.821
Receitas acessórias	5.976	11.876	6.035	11.863
Receita bruta	<u>504.063</u>	<u>998.213</u>	<u>506.576</u>	<u>1.012.028</u>
Impostos sobre receitas	(36.606)	(72.921)	(36.860)	(73.193)
Abatimentos	(1)	(3)	(1)	(1)
Deduções das receitas brutas	<u>(36.607)</u>	<u>(72.924)</u>	<u>(36.861)</u>	<u>(73.194)</u>
Receita líquida	<u>467.456</u>	<u>925.289</u>	<u>469.715</u>	<u>938.834</u>

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(45.020)	(92.541)	(49.348)	(96.524)
Juros sobre mútuos	(9.603)	(19.028)	(8.626)	(16.738)
Varição monetária sobre financiamentos e debêntures	(24.195)	(65.003)	(31.116)	(74.648)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(4.365)	(4.365)	-	-
Perda com operações de derivativos	(51.433)	(64.733)	(53.202)	(68.673)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.802)	(3.522)	(1.471)	(2.770)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.508	5.095	2.367	6.080
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(39.564)	(62.697)	(9.085)	(24.059)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(983)	(1.904)	(2.315)	(2.893)
	<u>(174.457)</u>	<u>(308.698)</u>	<u>(152.796)</u>	<u>(280.225)</u>
Recitas Financeiras				
		(a)		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	15.530	15.530	-	-
Ganho com operações de derivativos	34.460	70.806	44.752	79.312
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	31.882	40.555	21.999	40.621
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.595	7.981	3.799	8.900
Juros e outras receitas financeiras	545	942	602	1.049
	<u>86.012</u>	<u>135.814</u>	<u>71.152</u>	<u>129.882</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(88.445)</u>	<u>(172.884)</u>	<u>(81.644)</u>	<u>(150.343)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 406.

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2016			31/12/2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	55.547	-	-	81.501	-	-
Contas a receber	-	8.569	-	-	7.932	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	117.511	-	-	120.575	-
Contas a receber - operações de derivativos	161.074	-	-	111.532	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(30.540)	-	-	(53.055)
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(168.332)	-	-	-	-	-
Debêntures (a)	(1.148.630)	-	(808.187)	(1.070.074)	-	(1.041.089)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(37.489)	-	-	(46.571)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(275.820)	-	-	(10.763)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(11.089)	-	-	(275.824)
Contas a pagar - operações com derivativos	(84.164)	-	-	(77.239)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.366)	-	-	(2.575)
	<u>(1.184.505)</u>	<u>126.080</u>	<u>(1.165.491)</u>	<u>(954.280)</u>	<u>128.507</u>	<u>(1.429.877)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Debêntures mensuradas ao custo amortizado: Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/20016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	808.737	808.144	1.042.115	1.042.517

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/06/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	55.547	81.501
Derivativos	76.910	34.293
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(168.332)	-
Debêntures	(1.148.630)	(1.070.074)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de swap para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)			Valor justo			Valores brutos contratados e liquidados			Efeito acumulado			Resultado				
					Moeda estrangeira			Moeda local			Moeda local			Moeda local			Moeda local			Efeito acumulado	
					30/06/2016	31/12/2015	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016
SWAP																					
AmoBan																					
Posição passiva	Merrill Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% a.a.	163.122	-	163.122	171.734	161.409	(59.478)	(55.189)	17.664	17.664	9.757	(11.444)	521	(806)				
Posição passiva	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	514.070	-	514.070	552.587	516.959	(17.554)	(17.554)	47.943	47.943	(30.080)	(37.115)	11.485	(4.397)				
Posição passiva	Verecram	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	100.000	-	100.000	115.603	107.533	(3.632)	(3.632)	12.965	12.965	(6.177)	(7.718)	4.347	1.525				
Posição passiva	Verecram	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	100.000	-	100.000	102.377	107.533	(2.571)	(2.571)	19.685	19.685	(6.019)	(7.542)	4.268	1.868				
Posição passiva	Verecram	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	50.000	-	50.000	57.801	53.766	(1.779)	(1.779)	9.820	9.820	(3.023)	(3.785)	2.140	780				
Posição passiva	Verecram	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	130.106	-	130.106	143.838	133.796	(4.520)	(4.520)	20.206	20.206	(7.177)	(9.635)	4.703	(1.231)				
Posição passiva	Verecram	26/04/2016	26/04/2018 (4)	USD + Libor 3M + 2,60% a.a.	161.490	-	161.490	170.255	(130.530)	-	-	-	-	(21.391)	-	(21.391)	-	-			
Posição passiva	Verecram	26/04/2016	12/4/80% do CDI	124,80% do CDI	1.057.298	-	1.057.298	769.910	34.293	(36.544)	(36.544)	111.532	111.532	(84.164)	(77.230)	6.073	(2.561)				
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2016					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL DAS OPERAÇÕES					76.910	34.293	76.910	76.910	34.293	(36.544)	(36.544)	111.532	111.532	(84.164)	(77.230)	6.073	10.639				

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários em de abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Riscos cambiais	(21.391)	-
Riscos de juros	<u>27.464</u>	<u>10.639</u>
Total	<u>6.073</u>	<u>10.639</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	167.307	Aumento da cotação do USD	-	(41.827)	(83.653)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(167.478)	Diminuição da cotação do USD	-	41.870	83.739
			Efeito de Ganho ou (Perda)	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>86</u>
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>43</u>	<u>86</u>
Moedas em 30/06/2016:						
		Dólar		3,2098	4,0123	4,8147

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	180.140	(21.954)	(26.232)	(30.511)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	570.169	(82.524)	(96.292)	(110.059)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	646.968	(97.356)	(113.043)	(128.729)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	606.930	(93.645)	(117.216)	(140.848)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(179.769)	21.431	25.582	29.732
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(570.169)	82.524	96.292	110.059
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(296.774)	44.659	51.855	59.050
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(147.703)	22.227	25.808	29.389
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	166.348	(16.492)	(20.522)	(24.518)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	526.665	(65.273)	(81.441)	(97.553)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	256.785	(35.433)	(44.276)	(53.113)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	133.516	(17.759)	(22.179)	(26.592)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	30.481	(1.842)	(2.194)	(2.544)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Abril de 2018	167.307	(5.507)	(5.781)	(6.055)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	182.925	(32.660)	(40.985)	(49.369)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Abril de 2018	(167.478)	5.706	6.029	6.352
Total do efeito de ganho ou (perda)				(293.898)	(364.595)	(435.310)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,13%	17,66%	21,20%
IPC-A ⁽³⁾	9,31%	11,64%	13,97%
TJLP ⁽⁴⁾	7,50%	9,38%	11,25%
LIBOR 3 meses ⁽⁵⁾	0,6541%	0,8176%	0,9812%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (5) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se à taxa de 30/06/2016, divulgada pelo BNDES;
- (5) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 30/06/2016; e
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Outorga fixa	559.845	712.530	534.448	672.100

Notas Explicativas

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho de 2016, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2016	152.685	150.531
2017	305.370	290.266
2018	101.790	93.651
	<u>559.845</u>	<u>534.448</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 152.685 sendo R\$ 133.431 em caixa e R\$ 19.254 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 146.658 em 30 de junho de 2015, sendo R\$ 127.864 em caixa e R\$ 18.794 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do 1º semestre findo em 30 de junho de 2016, foi pago ao Poder Concedente a montante de R\$ 14.559 referente ao direito de outorga variável (R\$ 14.451 em 30 de junho de 2015).

b. *Compromissos relativos às concessões*

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compromisso de investimento	<u>283.263</u>	<u>117.180</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. *Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS*

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-

Notas Explicativas

financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

22. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/06/2015</u>
Fornecedores	25.820
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(6.386)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>19.434</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(19.434)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(19.434)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC nº1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de junho de 2016.

Jundiaí, 10 de agosto de 2016.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de junho de 2016.

Jundiaí, 10 de agosto de 2016.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional